



Ata Nº 8

Quadriénio 2017/2021

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, na localidade de Monte Redondo, na sala da assembleia da sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia colocou as atas número seis e sete a votação.

A ata n.º 6, de 22 de junho, foi aprovada com oito votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Veríssimo, Vítor Tomé, Dulcinda Silva e Márcio Marques e uma abstenção do senhor Vítor Boiça, que não esteve presente na referida sessão.

A ata n.º 7, de 10 de setembro, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento de uma recomendação dos membros eleitos pelo Partido Socialista, no âmbito da Prospeção de Gás na área que compreende a Bajouca e o Casal Novo, no sentido de solicitar ao executivo da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira uma sessão de esclarecimento pública sobre este assunto. A recomendação foi lida pelo senhor Vítor Tomé e encontra-se anexa à presente ata.

A senhora Presidente do Executivo cumprimentou todos os presentes e congratulou-se pela participação ativa da população na sessão da assembleia de freguesia, visto haver alguns assuntos de debate público sobre os quais faz sentido conversar e discutir.

Relativamente à recomendação apresentada pelos membros do Partido Socialista, a senhora presidente afirmou que faz todo o sentido promover uma sessão de esclarecimento por parte da empresa concessionária, a «Australis», tendo o executivo já demonstrado disponibilidade para receber na União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, à semelhança do que já aconteceu na Bajouca, o Movimento do Centro contra a Exploração de Gás. O executivo considera importante que a população seja esclarecida sobre os dois pontos de vista existentes acerca deste assunto, por isso aceita a recomendação do Partido Socialista no sentido de promover uma sessão de esclarecimento isenta de qualquer uma das partes, nomeadamente contactando profissionais das Instituições de Ensino Superior.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da «**Moção pelas Futuras Gerações de Leiria e do Mundo**», entregue pelo senhor João Paulo Cintra Costa, o qual leu e explicou o seu objetivo. O senhor João Costa não reside nem trabalha na União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, mas em Lisboa. No entanto, tem familiares e amigos na freguesia da Bajouca e na União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e Souto da Carpalhosa e Ortigosa, e, considerando que tem mais alguma informação sobre o que está em causa na Bajouca, quis dar o seu contributo a uma luta de resistência popular que tem sido exemplar por parte dos cidadãos da Bajouca. Afirmou que atualmente há iniciativas bastante lesivas e que não faz sentido nenhum que, em 2018, em Portugal, se esteja a começar uma coisa que foi proibida



desde há cerca de cinco anos, em diversos estados dos Estados Unidos da América, em quase metade dos estados do Canadá, na Irlanda, na Alemanha, em França, entre outros. Tendo em conta os fatores apresentados, o senhor João Costa leu a moção, que se encontra anexa à presente ata.

O senhor Renato Silva, após cumprimentar todos os presentes, afirmou estar de acordo com o senhor João Costa, por entender que as preocupações climáticas têm de estar sempre presentes e tudo o que se possa fazer para minimizar os efeitos das alterações climáticas é uma boa tomada de posição. No entanto, tendo em conta o ponto número três da moção, no qual é proposto que a assembleia vote contra toda e qualquer iniciativa de exploração de recursos fósseis que possa surgir naquele local, o senhor Renato considera que esta questão tem sido discutida com base em evidências e fundamentos que não deixam de ter algum sentido, mas a questão não está encerrada e, é nesse sentido que vai a recomendação dos elementos da bancada do PS. É importante ter alguma seriedade, analisar bem a situação e munir-mos de informação.

Posteriormente, o membro Ana Carla Gomes referiu que concordava as afirmações do senhor Renato Silva e com as preocupações apresentadas pelo senhor João Costa e, provavelmente, será essa a sua posição. No entanto, no momento presente, a senhora Ana Carla Gomes considera que ainda não possui informação suficiente sobre tudo o que envolve esta exploração para poder afirmar que toma uma posição definitiva. Por isso, concorda com a recomendação apresentada pelos membros do Partido Socialista, porque gostaria de ter mais informação, não apenas da parte da empresa, que tem sempre um ponto de vista parcial, na medida em que estará a defender os seus interesses, mas também de identidades isentas que possam explicar quais as vantagens e desvantagens do processo, para que possa efetivamente tomar uma posição.

A moção foi aprovada com três votos a favor dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça e seis abstenções dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Veríssimo.

Declaração de voto de Dulcinda Silva: «Enquanto líder da bancada do PSD, somos contra a exploração do gás, porque é um assunto que há vários meses nos foi abordado e houve um período de investigação e de procura de informação maior, há muitas incoerências em todo este processo, nomeadamente em relação à questão da exploração de gás e não temos receio de dizer já o que pensamos sobre este assunto. Consideramos que a informação se obtém se for procurada e se estivermos à espera de toda a informação, a decisão pode ser tardia e tudo tem de ser equacionado. Outra questão que aqui é muito relevante é a vantagem de não sermos pioneiros e de termos o exemplo de muitos países, como Espanha e Inglaterra ou países do outro lado do Atlântico, em que a exploração foi proibida. Lutamos por melhores condições para a freguesia e corremos o risco de não termos pessoas a morar aqui, daí o voto a favor da moção, independentemente de todo o contexto em que ela possa surgir. Este assunto diz respeito a todas as freguesias circundantes e preocupa-nos. Não nos parece ser necessário esperar por um estudo de impacto ambiental, porque há exemplos muito claros nos sítios onde a exploração tem sido implementada.»



Declaração de voto da Bancada do PS: «No contexto da prospeção de petróleo na área da Bouça de Cá, da freguesia da Bajouca, a fase de junção de elementos mais conclusivos ainda está em curso e até ao seu término é importante que se analisem todos os elementos, que se esclareça e adicione o máximo de informação sobre o assunto.»

O senhor Renato Silva acrescentou ainda que o senhor Jairo, que se encontra presente na sala, a quem muito preza e que é da sua família, sabe perfeitamente quais são os seus interesses pessoais na zona referida, no entanto, vai esperar pelo Estudo de Impacto Ambiental, para tomar a sua decisão e assumi-la publicamente.

O senhor Márcio Marques afirmou que votava a favor da presente moção, declarou que está contra qualquer tipo de perfuração nesta região ou em qualquer lugar do nosso país, e fundamento esta minha decisão em diversos estudos científicos das mais conceituadas universidades, em diversas notas do próprio Estado Português e da própria Comunidade Europeia. O senhor Márcio referiu que leu diversos documentos que alertam para inúmeros riscos e para a falta de experiência neste tipo de atividade e, como tal, é contra este tipo de atividade.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia informou que seria enviada uma cópia da Moção para a Câmara Municipal de Leiria, Assembleia Municipal de Leiria, Assembleia da República Portuguesa e Governo Português e para as bancadas representativas da Assembleia da República.

No que concerne aos **assuntos antes da ordem do dia**, o senhor Vítor Tomé felicitou Monte Redondo e os monterredondenses pelo 14.º aniversário da ascensão a Vila e a senhora presidente e respetivo executivo pelo evento organizado, enaltecendo a banda Filarmónica Nossa Sra. da Piedade, de Monte Redondo, pelo excelente espetáculo que ofereceu aos presentes na cerimónia.

Subsequentemente, o senhor Presidente da mesa abriu a inscrição aos membros do público para intervirem no final da sessão.

De seguida, passou-se ao cumprimento da ordem de trabalhos.

Ponto 1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA JUNTA SOBRE A ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA E SITUAÇÃO FINANCEIRA - Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor Vítor Boiça colocou uma dúvida no que respeita ao saneamento, visto que pensa haver um atraso na obra e gostaria de saber o ponto da situação no que respeita aos prazos de conclusão da obra.

A senhora presidente da junta esclareceu que iria dar a mesma resposta que já tinha dado à bancada do PSD, que tinha feito a mesma questão ao executivo. A obra do saneamento básico tem atualmente uma execução física de cerca de 70% na Sismaria e cerca de 60% na Carreira. Ao longo da execução da obra e por motivos de força maior existiram períodos de suspensão, pelo que os prazos de entrega provisória aos SMAS de Leiria foram alterados relativamente ao firmado inicialmente. Prevê-se a conclusão da obra na Sismaria esteja concluída em abril de 2019. Na Carreira, a obra encontra-se parcialmente suspensa, uma vez que o troço no canal de rega próximo da Rua do Marachão não foi possível executar durante o período da rega



oficial sob pena de interromper os trabalhos agrícolas e, no presente, as condições meteorológicas não permitem a respetiva intervenção. Se o tempo se mantiver estável, sem chuva, será possível a sua execução muito em breve. No entanto, todos os trabalhos em arruamentos continuam a decorrer e prevê-se que os mesmos terminem também na Carreira no mês de abril de 2019. O troço referido será efetuado assim que as condições de segurança para a sua execução o permitam.

Ponto 2. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2019 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

A senhora Presidente do Executivo referiu que em 2019 vai haver intervenções nos edifícios da Junta de Freguesia, na sede e também na delegação da Carreira, devido ao estado de degradação da parte exterior dos edifícios e prevê-se que seja possível iniciar a execução relativamente ao projeto das Salinas da Junqueira. Estas são as duas intervenções principais a ser realizadas pela Junta de Freguesia com o apoio da Câmara Municipal.

Depois existem outras situações, que têm como principal responsável a Câmara Municipal, porque é o órgão que tem o poder de financiamento, como a questão do saneamento básico, sobre o qual o executivo tem a informação constante no orçamento do SMAS para 2019 de que o projeto do saneamento da restante área da freguesia vai ser dividido em três fases, tendo um valor total de cinco milhões de euros. A primeira fase contemplará toda a área da Vila de Monte Redondo que ainda não está coberta; depois far-se-á a ligação com a Aroeira e posteriormente com a Sismaria.

A senhora presidente, Céline Gaspar, também referiu que do valor atribuído para pavimentações, arruamentos, entre outro, o executivo decidiu que, em 2019, será prioritária a realização do trajeto pedonal e da ciclovia do Colégio até à Aroeira. O projeto de execução está em desenvolvimento, estando prevista a sua conclusão em meados de janeiro, para depois ser entregue à Câmara Municipal para que possa proceder ao respetivo concurso.

Relativamente ao Parque Empresarial, o processo de expropriação está em andamento. Já tinha sido entregue à Direção Geral das Autarquias, entidade que dá a posse administrativa dos terrenos sobre os quais não havia acordo, mas, entretanto, a DGAL solicitou que fossem feitas algumas retificações relativamente aos proprietários, visto haver algumas incongruências entre o Conservatório e as Finanças. Foi feita uma nova consulta que terminou no final de novembro e o processo já foi devolvido novamente à DGAL.

O executivo acredita que, no início do ano, será terminada a expropriação e lançado o procedimento para ser feito o projeto das infraestruturas do Parque Industrial.

O ano de 2019 poderá ser marcado por algumas alterações relativamente às competências da Junta de Freguesia, que decorrem da nova lei da transferência de competências, estando ainda a aguardar o decreto-lei que vai definir a forma como as Câmaras Municipais vão transferir essas competências, porque as Juntas de Freguesia passarão a ter competências próprias que vêm da parte do Município, sendo que a única que virá do Estado diretamente é a gestão do Espaço do Cidadão., que até ao momento não era uma



competência própria, era gerida através da Câmara e que está pronto a ser inaugurado, faltando apenas a autorização das entidades competentes.

Todas as outras competências virão da Câmara Municipal. No fundo, já são competências que a Junta de Freguesia tem a seu cargo, por delegação. A única diferença é que passarão a ser competências próprias da Junta de Freguesia, tal como a limpeza das bermas, as pequenas reparações das escolas, entre outros. Este tipo de competência traz uma receita do Município que é definida em orçamento da Câmara Municipal anualmente, tal como já acontece. A publicidade empresarial permitirá angariar receitas para as Juntas de Freguesia, o que, atualmente, não acontece, sendo as receitas para a Câmara Municipal.

Desta forma, poderão ter de existir algumas alterações ao orçamento de 2019, dependendo dos decretos-leis que sairão desta descentralização.

O ponto foi a votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto 3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019-2022 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

A senhora Presidente do Executivo, Céline Gaspar, referiu que neste Plano estão todas as obras que são de investimento e que resultam de investimento no Património Móvel e Imóvel, ficando registados todos os projetos que se pretendem executar. Estes têm um determinado valor no orçamento inicial e à medida que se vai conseguindo executar, vão-se fazendo as alterações ou revisões, se for o caso. Neste momento, estão no documento todos os projetos a executar no próximo ano, com exceção da aquisição da carrinha que foi um *leasing* e cujo pagamento está previsto até 2022.

O ponto foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4. MAPA DE PESSOAL PARA 2019 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 9º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O mapa de pessoal mantém-se relativamente ao ano anterior, com a regularização de dois funcionários que estavam na Junta de Freguesia no regime de prestação de serviços há alguns anos. Neste momento, a Junta tem sete quadros na freguesia e dois postos livres que não têm ninguém, no entanto não se prevê nenhum recrutamento no próximo ano.

O ponto foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5. MINUTA DE ADENDA AO ACORDO DE COLABORAÇÃO – PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) – 2018/2019 – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Estas minutas têm que ver com o acordo de colaboração com a Câmara Municipal, que financia os almoços nas escolas e os recursos humanos associados, bem como os tempos livres do pré-escolar, que têm um financiamento associado, sobretudo para as crianças que beneficiam de subsídio, do escalão A ou B. Portanto, esta minuta é para a aceitação dos valores que estão acordados para este ano.

O ponto foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.



Ponto 6. MINUTA DE ADENDA AO ACORDO DE COLABORAÇÃO – PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES DO 1º CICLO – 2018/2019 – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O ponto foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto 7. CEDÊNCIA DE PARCELA DO DOMÍNIO PRIVADO ("LARGO DO CEMITÉRIO") DA JUNTA DE FREGUESIA AO DOMÍNIO PÚBLICO - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea k) do nº 2 do artigo 9º do Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

A senhora Presidente da Junta de Freguesia explicou foi abordada por uma proprietária de um terreno na Rua Estrada das Lavegadas, D. Maria Teresa Feijão Norte Pais Bernardino, que interpôs um pedido de informação prévia para a construção de uma unidade comercial nesse terreno. Esta senhora tem um promotor que prevê fazer este investimento na freguesia e, após um acordo com a Estradas de Portugal, necessita de um alargamento da faixa de rodagem direita junto ao cemitério. O que foi questionado ao executivo era a cedência dessa parcela de terreno que corresponde a 114, 44m² de artigos que são da propriedade privada da Junta de Freguesia e foram adquiridos para a construção do largo do cemitério. O executivo deliberou que, apesar de, devido à quantidade de metros quadrados em causa e do valor inerente, não ser obrigatório, deveria ser discutido em assembleia de freguesia, como todo e qualquer assunto relativo à União das Freguesias.

A deliberação do executivo está sujeita a algumas condicionantes, nomeadamente, que esta cedência se efetivasse apenas após a emissão e o levantamento da licença de construção para a respetiva unidade comercial.

Para além disso, o executivo considerou que, para além de ser uma cedência completamente de livre de ónus para a junta de freguesia, o promotor deveria comprometer-se a realizar melhoramentos nos arruamentos até ao espaço e à unidade comercial referida, nomeadamente a construção de passeios até à igreja, o que estará sempre dependente dos proprietários e da possibilidade de ser efetuado, assim como também na estrada das Lavegadas até onde já existe passeio.

A senhora Dulcinda Silva referiu que houve uma consulta em 2017 sobre esta proprietária, tendo sido posteriormente adquirido o terreno onde está agora o estacionamento do cemitério; houve uma discussão em assembleia sobre o espaço onde está o Centro de Inspeção, tendo os membros do PSD proposto, considerando a quantidade de tráfego que adviria do Parque Industrial, que ali se construísse uma rotunda. Nessa altura, foi dito que seria algo que teria que ver com a intervenção das Estradas de Portugal.

Tendo em conta que existe ali um nó de acesso, é bom que haja alargamento da via e cautelas de tráfego, mas após a entrada do cemitério, existirá o corte para as Lavegadas e a Travessa da Feira. A zona já de si é extremamente complicada e faz todo o sentido que as entidades envolvidas neste projeto, neste momento, façam o estudo para a construção de uma rotunda, uma vez que haverá espaço e todos terão boa vontade, o que valorizará toda a zona, sendo um acesso condigno e que será muito mais sustentável a longo prazo. Será um investimento único, será escusado fazer algo que poderá ter de ser remendado



posteriormente. No entanto, a senhora Dulcinda Silva congratula-se com o facto de continuar a haver interesse no investimento na nossa região.

Declaração de voto do senhor Márcio Marques: «Eu, Márcio da Silva Marques, voto contra a cedência de terreno do largo da feira com área de 114m² pelo facto de a solução apresentada a esta assembleia ser limitada e por vir a promover uma dificuldade de trânsito acentuada naquela zona.

A solução compromete a circulação entre a travessa da feira e a estrada das lavegadas, assim como a circulação na própria 109; a solução não contempla a circulação em segurança de peões; a solução apresentada não corresponde dignamente aos interesses do próprio promotor nem da população que habitualmente ali circula; a solução é muito redutora, limitada, não é ambiciosa para a freguesia e não estão garantidas a concretização das contrapartidas do promotor em termos de melhorias de infraestruturas públicas.

Pelo facto de o processo ainda estar pela interposição de pedido de consulta prévia considero que: deve ser discutida com a Fundação Bissaya Barreto a cedência de terreno para a realização de uma rotunda e 4 passadeiras de peões; entendo que a Fundação Bissaya Barreto terá todo o interesse nesta obra, porque irá proporcionar uma valorização significativa do seu imóvel; entendo que ainda estamos a tempo de negociar com as várias entidades uma solução que sirva todos os interesses de forma equitativa e justa; no início deste mandato, o grupo do PSD apresentou uma proposta e alertou esta assembleia para a promoção de diligências para a concretização de tal obra.

Anteriormente a essa data o executivo já tinha informações de tal projeto e das intenções do promotor. Solicito que esta declaração de voto seja integralmente lavrada na ata e na respetiva ata minuta se for possível.

Gostava de deixar uma nota: a título de exemplo, gostava de dizer que o município de Pombal tem tido vontade política para fazer obras com as Estradas de Portugal. O município de Leiria e esta freguesia não tem tido essa vontade política.»

Declaração de voto da senhora Dulcinda Silva: «O voto a favor vem no sentido da promoção da terra, mas com condições. Acho que o assunto já é conhecido, tem de haver insistência, se há interesse no caso já há tanto tempo, se somos o poder local que conhece a terra e todos vemos o potencial perigo, tem de se insistir e se for preciso apoio nessa área, nós estamos cá.»

Declaração de voto do senhor Renato Silva: «Como forma de justificação do meu voto à cedência de uma parcela do domínio público, propriedade da junta de freguesia de Monte Redondo e Carreira, de modo a que sejam promovidas alterações ao traçado da EN109 no cruzamento com a Rua da Estrada das Lavegadas (km 151,4-km 151,5) e não sendo no momento possível a implantação de uma rotunda no local – prevista em sede de PDM há pelo menos duas décadas – justifico o meu voto favorável à solução apresentada, por forma a viabilizar o licenciamento da operação urbanística para a edificação de uma superfície comercial contígua à Rua da Estrada das Lavegadas, propondo no entanto as seguintes recomendações: não sejam reduzidos em quantidade e qualidade os acessos existentes à EN109 ou desta para os referidos acessos; seja



garantida uma largura mínima de 2,0 m para os passeios no remanescente da propriedade da junta de freguesia; seja instalada iluminação específica no atravessamento pedonal da EN109; sejam promovidas medidas de segurança para peões nas zonas de atravessamento da EN109.

Complementa-se para o efeito esta declaração com um esboço onde constam anotações mais detalhadas.»

A senhora presidente do executivo referiu que, relativamente às questões que foram levantadas no que concerne aos atravessamentos e aos peões, consideramos que as opiniões são válidas e por isso é que o executivo quis trazer este assunto à assembleia, pelo que irá ter em conta todas as questões levantadas e irá acrescentá-las à deliberação que será entregue.

A senhora presidente do executivo esclareceu que o pedido de informação prévia chegou à junta de freguesia para dar parecer relativamente ao arruamento em específico, Rua Estrada da Bajouca. Não havia qualquer informação acerca das condições ou obrigações relativamente às Infraestruturas de Portugal.

A Junta de Freguesia foi chamada a colaborar relativamente à questão da área e do terreno a ceder. No referente à questão da rotunda, o executivo concorda plenamente, tanto que ela está em PDM, tem feito o seu trabalho junto das Infraestruturas de Portugal, uma das entidades mais complicadas para trabalhar, e está disponível para aceitar determinadas obras, desde que não seja a empresa a pagar, como é o caso do Município de Pombal e da Câmara Municipal de Leiria que aceitou iniciar este processo relativamente à Estrada Nacional 109-9. Existe disponibilidade, a descentralização também prevê eventualmente a municipalização de algumas destas ruas nacionais, portanto poderá haver mais uma porta aberta para se vir a realizar um trabalho diferente, nomeadamente a questão da rotunda que está prevista em PDM e que também tem que ver com o Parque Empresarial e que poderá vir a permitir uma faixa de circulação fora do centro da vila e nessa altura e dessa forma será possível fazerem-se passeios no centro da vila, por exemplo.

A senhora presidente reitera que, infelizmente, a freguesia não possui a mesma estrutura que tem a Guia, pelo que não podem ser feitas comparações, porque o centro de Monte Redondo tem de ter alteração no trânsito ou não é possível haver circulação pedonal.

No que respeita à unidade comercial em causa, para que se possa instalar na nossa freguesia, tem de apresentar uma alteração na Estrada Nacional, porque está a menos de cem metros da mesma. A questão da rotunda envolve um orçamento muito superior ao da proposta aqui apresentada, sendo que o promotor não tem capacidade para fazer a unidade comercial e a rotunda, pelo que a autarquia não vai exigir que o faça, mas o executivo vai continuar a exigir que a rotunda seja feita pelas Infraestruturas de Portugal, com o possível apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, dentro das suas capacidades. Em sede de projeto e para que a unidade comercial se estabeleça, o executivo não considera que se devam imputar custos para os locais públicos, mas irá continuar a lutar para que a rotunda se possa fazer e todo o apoio da assembleia de freguesia é importante.



O ponto foi aprovado com sete votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Veríssimo e Dulcinda Silva e dois votos contra dos membros Márcio Marques e Vítor Boiça, com declarações de voto dos membros Márcio Marques, Dulcinda Silva e Renato Silva.

A senhora Isabel Veríssimo interveio, desejando um Bom Natal a todos e dando os parabéns a Junta de Freguesia pelas iluminações da freguesia.

A senhora presidente referiu ainda que, no atinente à Moção sobre a Exploração de Gás, o executivo irá seguir a recomendação apresentada e sublinhou que, enquanto Presidente de Junta, também não se considera ainda munida de toda a informação. No entanto, frisou que é uma cidadã de Monte Redondo e irá estar ao lado daquilo que for o melhor para a freguesia. Enquanto autarca, considera que deve prevalecer o bom senso de perceber exatamente os contornos da questão, pelo que irá promover todas as sessões de esclarecimento possíveis junto da população.

Aproveitou ainda para desejar um Bom Natal a todos os presentes, em família, e que 2019 seja um ano de grande prosperidade profissional e pessoal e, sobretudo, de desenvolvimento para a freguesia.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, desejando a todos um Bom Natal, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)